



Arquivo

"Brasil precisa adotar posição mais dura com o FMI"

Nova carta trará mais recessão, afirma Funaro

Após três anos de recessão, que só em São Paulo provocou 460 mil desempregos, o Brasil não pode assinar uma nova carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional que irá agravar a recessão por mais dois a três anos e duplicar os índices de desemprego no País. Ao fazer ontem essa advertência, o empresário Dilsen Funaro, presidente da Trol S.A. Indústria e Comércio, disse que o Brasil não pode continuar sujeitando-o à política recessiva do FMI e que será "uma verdadeira catástrofe a carta de intenção a ser assinada nos próximos dez dias".

"O Brasil precisa adotar uma posição mais dura em relação ao FMI e fazer uma negociação mais política que técnica. Enquanto o País continuar sujeitando-se a essa receita ortodoxa e recessiva, em vez de encontrar uma saída estará amarrando-se cada vez mais", assinalou o ex-secretário da Fazenda. Embora não sejam conhecidos os termos da nova carta de intenções, Funaro considera que pelo menos três pontos já estão bem definidos e que comprovam a veracidade de um documento divulgado há poucas semanas pelo Esta-

do, onde a diretoria do FMI fixava suas diretrizes para um novo acordo com o Brasil.

OS COMPROMISSOS

Estes são os três pontos identificados pelo presidente da Trol na próxima carta de intenção: corte radical dos gastos públicos, previsão de expansão dos meios de pagamento em 80 a 90% e a mudança na política salarial, que já foi feita. "Não defendo o aumento dos gastos públicos numa linha keynesiana, mas não posso ignorar que essa medida terá consequências drásticas no desemprego", disse Funaro. A expansão dos meios de pagamento em 80 a 90%, no contexto de uma inflação prevista de 160%, significará uma escassez de crédito muito mais rigorosa que a atual.

Dilsen Funaro prevê que a situação tende a se agravar cada vez mais enquanto o Brasil continuar aceitando compromissos que absorvem todas as divisas produzidas. "Estamos negociando um documento que agravará a recessão e o desemprego e que não deixará nenhuma reserva para 83 ou 84, na medida em que tudo fica comprometido com o pagamento de juros".